

WOLFF, Elias. *Ministros do diálogo. O diálogo ecumênico e inter-religioso na formação presbiteral*. São Paulo: Paulus, 2004, 133p.

Edenilso Borille  
III Ano de Teologia

A obra *Ministros do Diálogo. O diálogo ecumênico e inter-religioso na formação presbiteral*, desafia uma formação para a gratuidade e a alteridade. Denuncia uma formação uniforme, estática, que não assumiu as linhas mestras do Vaticano II, não assume as alegrias e esperanças, as angústias e tristezas das pessoas de hoje (*Gaudium et Spes* 1), isto é, a realidade social e eclesial para a formação dos novos presbíteros.

O autor, Elias Wolff, profundo conhecedor das questões ecumênicas e de uma vasta experiência pastoral com Igrejas Cristãs e também com Igrejas não-cristãs, sinaliza um elemento essencial do Concílio Vaticano II – o Ecumenismo – e adverte para olharmos a formação dos futuros presbíteros. Até que ponto a formação contempla este elemento, ou se ainda é algo – o ecumenismo – optativo, se é estudado ou se percebe a necessidade apenas quando nos defrontamos com a organização de uma Semana de Unidade dos Cristãos, ou quando precisamos esclarecimento porque uma pessoa de outra religião pede para receber um sacramento na Igreja Católica?

O livro, estruturado em cinco partes, vem atravessado pelo fio de ouro do diálogo com o outro, a outra pessoa, a outra religião, a outra crença. E é este o grande desafio do candidato ao presbiterado. A constatação é clara: vivemos um “*inverno ecumênico*” no interior do catolicismo romano. Nos planejamentos das casas de formação masculinas e femininas vê-se uma lacuna quanto às orientações da Igreja sobre o diálogo ecumênico e inter-religioso: o conteúdo formativo possui preocupações exclusivamente *ad intra* para fortalecer a identidade eclesial; a compreensão equivocada de alguns formadores de que Igreja e ecumenismo andam por caminhos separados; a falta de convicção e disposição dos formandos, formadores e dos que já estão ordenados. Idéias como: o diálogo ecumênico e inter-religioso pode enfraquecer a convicção cristã, por ser ecumênico posso não estar “sendo fiel à Igreja”; o outro não tem nada a contribuir; é responsabilidade das faculdades de teologia ensinar o ecumenismo, são componentes de negligência na responsabilidade das casas de formação.

Encontros Teológicos nº 45  
Ano 21 / número 3 / 2006



O grave num contexto de pluralismo religioso é o fato de muitos dos formadores não terem como opção a prática do ecumenismo e diálogo inter-religioso. De um lado, está o desconhecimento do que a Igreja afirma a respeito dos acordos teológicos e doutrinários das Igrejas. Por outro lado, que método utilizamos para estudar e fazer teologia que nos permite deixar de lado todas as pessoas que não participam da nossa Igreja?

Diante disso vem um *questionamento*: a atitude antiecumênica do ministro não fere a estrutura dialógica da Igreja, sua natureza de unidade e de comunhão? Pois Cristo, seu fundador, foi um homem do diálogo; muitos são os membros, mas um só é o Corpo (1 Cor 12,12s). A *exigência* é a recepção da tradição ecumênica da Igreja Católica no Magistério. O ecumenismo não é uma opção isolada de indivíduos, mas um processo comunitário como um todo. A segmentação mostra a incompreensão de muitos que nas comunidades não aceitam o diálogo com outras Igrejas. Falta o esclarecimento e explicitação da fé cristã.

O *desafio fundamental* do diálogo é caminhar junto em direção à verdade, respeitar o que há de bom na cultura e no compromisso religioso do outro. O diálogo é que constrói a unidade. Por isso, é fundamental que o presbítero, que está à frente da comunidade, seja um promotor do diálogo, alguém que não tenha atitudes inflexíveis, unilaterais e defensivas. O perigo é o de fazer uma pastoral apologética. Não conceber o outro como diferente, o “outro” como diversidade, como pluralidade, como riqueza de um caminho que constrói alteridade. Como esclarecem as abas: “a tolerância é um princípio fundamental da convivência no meio social em que se encontram os diversos sistemas culturais e religiosos”.

A segunda parte do livro faz uma proposta para a formação e a vida dos presbíteros. Como membros da Igreja *do e no* diálogo, partimos das orientações do Concílio Vaticano II, e do Diretório Ecumênico, acenando para a missão, a responsabilidade e o engajamento de todos os cristãos como ministros do diálogo, sem excluir o presbítero. Várias são as dimensões que devem ser orientadas para caminhos diversos e ricos de possibilidades. No horizonte teológico (teórico), promover o discernimento das verdades reveladas e a sua forma de anunciá-las, tendo presente a distinção de depósito das verdades da fé e o modo como elas são formuladas. Ter clareza da “hierarquia das verdades”, que o Concílio Vaticano II mostra em *Unitatis Redintegratio* n° 11.

A interdisciplinaridade e a cooperação das diferentes tradições eclesiais constituem um poço de riqueza imensurável para a vida das Igrejas. O espírito ecumênico do presbítero mostra a consciência de fé e da fé. Pela oração, que é a alma do ecumenismo, o presbítero alimenta a utopia da unidade. O seu comportamento pastoral revelará atitudes para o diálogo, tanto no nível pessoal como no nível institucional.

Dois são os receios a serem superados. O primeiro é a impressão de que dialogar com quem se separou da Igreja é ser conivente com a separação. O segundo é o de que a abertura ao diálogo poderá causar dano na afirmação da identidade eclesial. É a ingênua idéia de que o outro representa perigo. A dificuldade é reconhecer a legitimidade da alteridade, entender que nós somos



responsáveis por ajudar as Igrejas a serem outras Igrejas. Como Igreja Católica, somos responsáveis pelo discernimento da própria identidade eclesial no diálogo ecumênico e inter-religioso. O presbítero é o primeiro a ser promotor desse discernimento; ele é o ministro do diálogo, como todos os membros da comunidade eclesial.

O discernimento exigido do presbítero não é algo mágico, ou que Deus lhe outorga pelo sacramento da Ordem. Exige um tempo preparatório, e o espaço apropriado é o seminário que favorece o diálogo ecumênico e inter-religioso. O seminário fiel à Igreja favorece a interação entre seminário, sociedade, igrejas e religiões. O seminário não é uma realidade à parte da sociedade. A sociedade não deve ser considerada estranha ao ambiente seminarístico. Faze-se necessário trabalhar a dimensão humana, a dimensão espiritual, a dimensão intelectual e a dimensão pastoral, relacionando sempre com o diálogo ecumênico e inter-religioso.

A questão do diálogo é explorada num terceiro passo, mostrando que a comunhão só é possível pelo diálogo. Ao percebermos o pluralismo religioso e eclesial, o diálogo se faz mais urgente. As circunstâncias que se apresentam são fundamentais para construirmos novas relações dialógicas. São relações que passam pela convivência das pessoas. Exigem respeito mútuo e acolhimento recíproco, mostrando que o diálogo é uma realidade da vida cotidiana. O diálogo favorece a colaboração onde as Igrejas têm uma responsabilidade de caráter humanitário social, econômico e político. Apresenta-se aqui a contribuição das diversas visões de mundo das Igrejas e seus patrimônios religiosos superando preconceitos. Apontam-se os caminhos para reconhecer e respeitar os valores e as verdades de cada religião. A presença do Espírito Santo garante a presença de verdades e valores. Brota o diálogo como oração, contemplação, fé e compromisso.

Uma penúltima parte do livro é centrada no presbítero, ministro do diálogo, chamando a atenção para as suas atitudes. As atitudes só são verdadeiras quando brotam de convicções, pois são as convicções que constroem uma personalidade, um jeito de ser, fruto de uma sensibilidade. Aqui entra o discernimento, presente sempre na história. Hoje um sinal dos tempos é o pluralismo religioso, no qual o presbítero está mergulhado em sua prática pastoral. A identidade relacional a que o presbítero é chamado baseia-se no ministério da reconciliação e perdão das pessoas entre si e com Deus, na unidade do Povo de Deus que constrói a fraternidade universal.

A última parte enfoca as conseqüências, para o diálogo intereclesial, sobre os ministérios eclesiásticos. O ponto de partida é Cristo. Cristo não determinou as “formas” do ministério, mas somente a sua finalidade: *dar testemunho de mim*. A partir daí, vem um questionamento sério: será possível algum consenso teológico sobre a origem, o conteúdo e a finalidade dos ministérios eclesiásticos, sem que isso exija necessariamente o consenso também nas formas que eles assumem nas diferentes tradições eclesiais? Compreendemos que existe um só ministério, o de Cristo na Igreja. As diferenças devem ser compreendidas no contexto histórico-eclesial do único ministério de Cristo. Os ministros na Igreja são apresentados como sacramentos



de Cristo na comunidade eclesial. São os ministros que atualizam o ministério de Cristo, formando comunidades eclesiais. Há significativos passos de diálogo entre as instituições religiosas acerca dos ministérios; muito se assemelha o modo como são exercidos os ministérios nas diferentes comunidade. Agora, porém, muito temos que caminhar. Existem diferenças essenciais no modo de compreender o ministério ordenado que outras instituições não têm e a forma como são escolhidos.

A questão primordial e valiosa da obra é situar o presbítero como ministro do diálogo não só *ad intra* na Igreja. O ministério presbiteral deve ser realizado no mundo, na sociedade como um todo, onde presta um serviço a todas as pessoas. Essa é a mesma provocação do Concílio Vaticano II, que quer situar a Igreja no mundo. Conseqüentemente, o presbítero está inserido não somente na sua Igreja particular, mas aberto a todas as necessidades do povo de Deus. Não está fechado para relações com comunidades de fé que não pertencem à sua comunidade específica. Aqui está a possibilidade de o ministro servir para fortalecer a fé de cristãos que pertencem a outras tradições eclesiais.

As exigências de um serviço que visa ao bem comum e ao anúncio do Evangelho a todas as Igrejas cristãs e ao diálogo inter-religioso, exigem uma formação abrangente. Por isso que a grande ferramenta é o diálogo com as diferentes realidades. Cria-se uma caminhada de crescimento mútuo, onde todos ganham porque, de um lado, se fortalece a própria identidade eclesial; de outro, o diálogo ajuda a discernir aquilo que é essencial no contexto presente. Ajuda a Igreja a responder às verdadeiras necessidades das pessoas, levando-as a se libertarem da estrutura eclesial, que pode sufocar a vida da comunidade. Isto é obra do Espírito Santo, que age onde e como quer.

Um limite da obra é o título, porque reduz os presbíteros a ministros do diálogo. A questão abordada é tema de reflexão e ação de todo cristão. Todo cristão é ou, pelo menos, se espera que seja, um ministro do diálogo. Ser fermento na massa, ser sal da terra, ser luz do mundo, é ser ministro do diálogo. Esta é a grande vocação de cada pessoa humana. Viver a gratuidade no compromisso com a vida em todas as situações, especialmente onde esta aparece ameaçada, é o desafio. Entendemos que a obra se refere a um grupo específico, mas bem pode abranger a todos porque é missão de todos.

Uma sugestão poderia ser unir o segundo e o quarto capítulos, onde o centro é o presbítero. As questões poderiam ser unidas, evitando que ficassem um tanto desconexas as questões que aparecem nos dois capítulos.

É um livro provocativo, texto aberto e corajoso, leitura agradável, porque desenvolve as idéias com vastidão. Envolve questões teológicas sérias e complexas, nas quais hoje não temos muitos caminhos por onde andar. O importante é a proposição de fortalecer a unidade da Igreja, pelo ecumenismo e pelo diálogo inter-religioso, fortalecendo a unidade na diversidade, a diversidade na unidade.

*Endereço do Recensor:*

Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 1524  
88040-001 Florianópolis, SC